



Uma história marcada pelo pioneirismo e inovação (1)

A Notícia - 24/06/2005

t2 - Suplemento - 60 anos justiça eleitoral

PRESIDENTES DO TRE

Quem foram os presidentes do TRE-SC nestes 60 anos de história do tribunal

PRESIDENTE	PERÍODO
João da Silva Medeiros Filho	1945-1947
Guilherme Luiz Abry	1947-1950
José Rocha Ferreira Bastos	1950-1951
Edgar de Lima Pedreira	1951-1952
Hercílio João da Silva Medeiros (substituto)	1951-1952
Flávio Tavares da Cunha Melo	1952-1955
Osmundo Wanderley da Nóbrega	1955-1956
Severino Nicomedes Alves Pedrosa	1956-1959
Ivo Guilhon Pereira de Mello	1959-1963
Belisário Ramos da Costa	1963
Adão Bernardes	1963-1966
Vitor Lima	1966-1967
Norberto de Miranda Ramos	1967-1968
Marcílio João da Silva Medeiros	1968-1970
Norberto de Miranda Ramos (substituto)	1970-1971
Eugênio Trompowsky Taulois Filho	1971-1974
Ary Pereira Oliveira	1974-1975
João de Borba	1975-1978
Euclides de Cerqueira Cintra	1978-1979
Francisco May Filho	1979-1982
Ayres Gama Ferreira de Mello	1982-1985
Thereza Grisólia Tang	1986
Aloysio de Almeida Gonçalves	1986-1988
Trycho Brahe Fernandes Neto	1988-1989
Hélio de Melo Mosimann	1989-1990
Nauro Luiz Guimarães Collaço	1990-1991
Napoleão Xavier do Amarante	1991-1992
Ernani Palma Ribeiro	1992-1993
João Martins	1993-1994
Francisco Xavier Medeiros Vieira	1994-1995
Wilson Guarany Vieira	1995-1996
Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho	1996-1997
João José Ramos Schaefer	1997-1998
Wilson Eder Graf	1998-1999
Alcides dos Santos Aguiar	1999-2000
Alberto Luiz da Costa	2000-2001
Antônio Fernando do Amaral e Silva	2001-2002
Anselmo Cerello	2002-2003
Jorge Mussi	2003-2004
Carlos Prudêncio	2004-2005



Uma história marcada pelo pioneirismo e inovação (2)

A Notícia - 24/06/2005

t2 - Suplemento - 60 anos justiça eleitoral

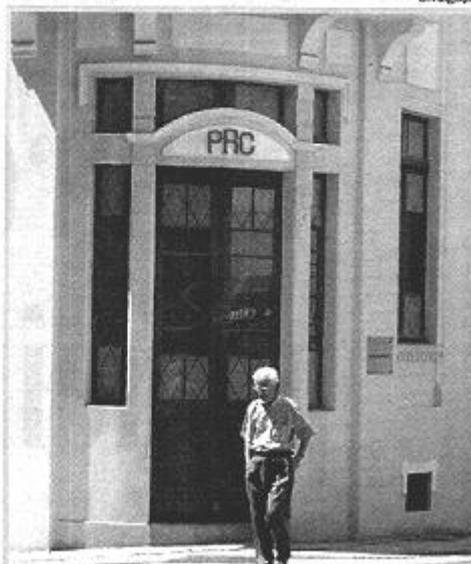
O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina está completando 60 anos de instalação neste mês de junho, assinalando, como marca fundamental de sua trajetória, o pioneirismo tecnológico e a alta qualificação de seus profissionais, técnicos, servidores e juízes.

A criação da Justiça Eleitoral, em 1945, veio na esteira do processo de redemocratização do Brasil, depois dos oito anos de ditadura do Estado Novo. Antes de 1937, houve um primeiro TRE, que seguia o Código Eleitoral de 24 de fevereiro de 1932. Mas, com o golpe de Getúlio Vargas, implantando um regime de exceção, a Justiça Eleitoral foi excluída do âmbito do Poder Judiciário. Nem haveria necessidade de sua exis-

tência, uma vez que entre 1937 e 1945 não houve qualquer eleição no País — os governantes estaduais e prefeitos eram indicados pelo chefe do Estado Novo.

Com a volta da democracia, foi editado em 28 de maio de 1945 o decreto que restabelecia a Justiça Eleitoral e regulamentava as eleições que ocorreriam a seguir (2 de dezembro). Em 7 de junho daquele ano, era instalado o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, sob a presidência do desembargador João da Silva Medeiros Filho. Dois dias depois da instalação, o TRE organizou sua jurisdição nos 44 municípios catarinenses, em 34 zonas eleitorais, 1.045 seções e mais de 248 mil eleitores.

Divulgação



Prédio onde o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina funcionou de 1949 a 1978, no centro de Florianópolis



Uma história marcada pelo pioneirismo e inovação (3)

A Notícia - 24/06/2005

t2 - Suplemento - 60 anos justiça eleitoral

CONFIRA

As principais datas relativas aos 60 anos do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1945 — 7 DE JUNHO	Instalado o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
1959 — 14 DE SETEMBRO	Cidadão catarinense João Pedro Ghiorzi é apresentado ao TSE como autor de uma invenção: a máquina de votar
1982	Primeiras experiências de informatização de procedimentos eleitorais, em Joaçaba (SC)
1986	Recadastramento nacional dos eleitores, substituindo-se o antigo título pelo modelo atual
1989 — 15 DE NOVEMBRO	TRE e Serpro desenvolvem com pioneirismo o primeiro processo eletrônico de totalização dos votos. No mesmo dia, ocorre a primeira votação eletrônica do Brasil, em caráter experimental, em Brusque, no segundo turno das eleições presidenciais.
1990 — 3 DE SETEMBRO	TRE-SC inicia a informatização dos cartórios eleitorais. No dia 3 de outubro, cada Zona Eleitoral recebe um microcomputador para totalizar e divulgar os resultados
1991 — 31 DE MARÇO	Primeiro pleito totalmente informatizado da América Latina, resultando de parceria do TRE com a UFSC e Univali. Seis mil eleitores de Urussanga decidem pela emancipação do distrito de Cocal (atual Cocal do Sul).

1993 — 21 DE ABRIL	Plebiscito nacional para decidir sobre sistema e forma de governo. Juntas eleitorais de Santa Catarina totalmente informatizadas.
1994 — 19 DE ABRIL	Representante do TRE-SC, como observador da ONU, acompanha primeira eleição com sufrágio universal na África do Sul. Em maio, cadastramento de 127 mil jovens catarinenses, entre 16 e 18 anos de idade. Em novembro, primeira experiência oficial com votação informatizada em eleição estadual — segundo turno para o Governo do Estado — com cinco urnas eletrônicas no Educandário Imaculada Conceição, em Florianópolis.
1995 — 12 DE FEVEREIRO	Primeira eleição totalmente informatizada, de acordo com projeto do TRE-SC, para escolha do prefeito e vice-prefeito de Xaxim. Entre maio e novembro, o tribunal catarinense leva a experiência da votação eletrônica para oito Estados.
1996 — 3 DE OUTUBRO	Todas as capitais brasileiras e cidades com mais de 200 mil eleitores votam na urna eletrônica. Brusque, apesar de não ser capital e ter menos votantes, foi incluída pelo TSE, como forma de reconhecimento pelo pioneirismo.
1998 — 3 DE OUTUBRO	Municípios com mais de 40 mil eleitores têm pleito informatizado, 13 dos quais em Santa Catarina.
2000 — 1º DE OUTUBRO	Todos os municípios brasileiros realizam eleição informatizada.



"Devemos preparar o eleito do futuro" (1)

A Notícia - 24/06/2005

t3 - Suplemento - 60 anos justiça eleitoral

O desembargador José Gaspar Rubik, presidente do Tribunal Regional Eleitoral, considera-se privilegiado por dirigir o órgão da Justiça Eleitoral no ano de seu 60o. aniversário, podendo homenagear ex-magistrados, colaboradores e servidores. "Foi uma oportunidade ímpar, que outros não puderam fazer", disse, ao final da cerimônia que marcou a comemoração dos 60 anos do TRE, no último dia 17. Rubik pronunciou um discurso rememorativo, mas ao final deixou evidente que uma das preocupações da Justiça Eleitoral, hoje, é voltada à preparação do eleitor e do político do futuro, para evitar que a sociedade continue convivendo com situações de crise e de risco institucional, como acontece no presente.



O presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Gaspar Rubik (E), ao lado do presidente do Tribunal de Justiça, Jorge Mussi, na comemoração dos 60 anos do órgão



"Devemos preparar o eleito do futuro" (2)

A Notícia - 24/06/2005

t3 - Suplemento - 60 anos justiça eleitoral

A Notícia — Qual a sensação do senhor, ao presidir o Tribunal Regional Eleitoral na comemoração dos seus 60 anos de atividades?

Gaspar Rubik — A gente não escolhe a oportunidade para esta ou aquela data. Coincidiu que eu estivesse neste momento em que se comemoram os 60 anos. Penso que para qualquer um seria um motivo de grande satisfação, principalmente ao dar efetividade às honrarias eleitorais criadas em 1995 e homenagear serventuários ou quem já foi presidente, como o desembargador Marcílio Medeiros, e quem foi diretor-geral, como Márcio Collaço. Foi oportunidade ímpar, que outros não puderam fazer.

AN — Os 60 anos representam uma coroação para o pioneirismo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, que sempre esteve na vanguarda?

Rubik — É um momento muito importante, porque a Corte eleitoral catarinense está no ápice das cortes eleitorais, pela colaboração, pelo exemplo que deu, porque foi daqui certamente a primeira experiência no uso e no aperfeiçoamento da urna eletrônica, que depois o Tribunal Superior Eleitoral estendeu a todo o país. Esse é um motivo de orgu-

lho para nós do TRE e para toda a sociedade catarinense.

AN — Ao longo dos 60 anos, a democracia sofreu alguns abalos, mas o TRE manteve-se firme, na defesa dos princípios legais e da liberdade. O senhor acredita que o TRE teve papel fundamental na consolidação da democracia, mesmo que durante duas décadas o país tenha vivido sob regime de exceção?

Rubik — É evidente que houve muitos percalços ao longo dessa caminhada de seis décadas. É verdade que embora o TRE-SC esteja quase no ápice, nunca se chega à perfeição. É preciso sempre trabalhar, procurar melhorar, aperfeiçoar mais todo o trabalho desenvolvido anteriormente.

AN — O projeto Eleitor e Político do Futuro é parte desse aperfeiçoamento?

Rubik — Sem dúvida. É necessário melhorarmos a qualidade do eleitor e do nosso político. Devemos partir para a Escola Eleitor do Futuro. Devemos buscar o eleitor e o político do futuro, para ensiná-lo desde pequeno, da idade escolar, sobre como votar, como não vender o seu voto, como dar valor a esse direito fundamental. É preciso dar valor

para depois cobrar do político, para evitar a repetição dessas coisas que estão acontecendo hoje, como o chamado Dia do Luto, que estamos acompanhando pela Internet. Se isso está acontecendo é porque o povo não está satisfeito com o que vê.

AN — Quer dizer, não é só pensar na tecnologia, no aperfeiçoamento da máquina, mas também em quem opera essa máquina?

Rubik — Devemos passar agora a pensar no homem, que está muito abandonado, muito esquecido, porque a máquina é que está sendo mais valorizada. A máquina tem aperfeiçoamentos diários, mas esse homem, mesmo mantendo o seu conhecimento do presente e do futuro, tem que voltar ao passado, à formação moral, de berço, ética, rígida, boa, correta, honesta.

AN — Há exceções, é claro...

Rubik — Não são todos. Não costume generalizar, tem muitos políticos bons, muita gente boa, muito povo bom em todas as atividades. Os que nos preocupam, felizmente, são uma minoria. Mas precisamos tratar dessa minoria, trabalhando justamente para a formação do eleitor e do político do futuro, para que a sociedade não sofra novas decepções.



"Devemos preparar o eleito do futuro" (3)

A Notícia - 24/06/2005

t3 - Suplemento - 60 anos justiça eleitoral

SAIBA MAIS

Corte atual

EFETIVOS	CATEGORIA
José Gaspar Rubik	Desembargador (presidente)
Pedro Manoel Abreu.....	Desembargador
Osni Cardoso Filho.....	Juiz Federal
Henry Petry Júnior	Juiz de Direito
Paulo Roberto Camargo Costa	Juiz de Direito
REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO:	
Carlos Antônio Fernandes de Oliveira	Procurador

SUBSTITUTOS	CATEGORIA
Orli de Ataíde Rodrigues	Desembargador
José Trindade dos Santos	Desembargador
Oscar Juvêncio Borges Neto	Jurista
Newton Varella Júnior.....	Juiz de Direito
Eliana Paggiarin Marinho	Juiz Federal
Saul Steil	Juiz de Direito
REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO:	
Maurício Gotardo Gerum	Procurador



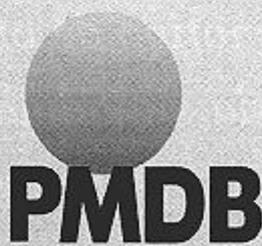
"Devemos preparar o eleito do futuro" (4)

A Notícia - 24/06/2005

t3 - Suplemento - 60 anos justiça eleitoral

PERSONAGEM DA DEMOCRACIA

O advogado Saulo Vieira dedica sua vida às grandes causas de Santa Catarina. Militante e dirigente do PMDB florianopolitano, destaca-se na vida pública e profissional como um defensor das liberdades democráticas. A homenagem que o Tribunal Regional Eleitoral lhe presta, assim como a outras personalidades, reveste-se de grande significado. O TRE está completando 60 anos em 2005 e reconhece, em seus homenageados, um papel fundamental na consolidação da Justiça Eleitoral, instância máxima de regulação, fiscalização e realização dos pleitos eleitorais. A trajetória de Saulo Vieira confunde-se com a própria história do TRE catarinense nas últimas quatro décadas, numa relação profissional, técnica e jurídica de altíssimo nível.



Diretório Municipal de Florianópolis



Medalha e Certificado do Mérito Eleitoral são entregues a colaboradores do TRE (1)

A Notícia - 24/06/2005

t4 - Suplemento - 60 anos justiça eleitoral

O Tribunal Regional Eleitoral concedeu pela primeira vez a Medalha do Mérito Eleitoral, criada em 1995. Os agraciados foram o desembargador aposentado Marcílio Medeiros, ex-presidente do TRE, o advogado e servidor público aposentado Márcio Collaço, ex-diretor do TRE, e o advogado Saulo Vieira, que atua como operador do Direito, junto ao tribunal, há mais de 40 anos.

Marcílio da Silva Medeiros nasceu em 5 de maio de 1915, em Florianópolis. Formado pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, ingressou em março de 1937 como promotor público na comarca de Concórdia. Foi promotor em São Bento do Sul, Brusque e Laguna — cidade onde estava quando prestou concurso para a magistratura. Juiz substituto em Curitiba e Tijucas, foi nomeado juiz de direito da comarca de Urussanga em 10 de setembro de 1942. Depois, Campos Novos, São Francisco do Sul e Blumenau. Nessa última ficou dez anos, quando foi promovido a desembargador em novembro de 1961. Como desembarga-

dor foi vice-presidente, corregedor regional do TRE de abril de 1966 a março de 1968, sendo eleito a seguir presidente do TRE, de 4 de março de 1968 a 27 de abril de 1970. Aposentou-se em 1985. Curiosamente, Marcílio é filho de João da Silva Medeiros Filho, primeiro presidente do TRE catarinense.

Márcio Collaço é natural de Tubarão, onde nasceu a 10 de abril de 1933. Coursou Direito na Universidade Federal de Santa Catarina, foi presidente do centro acadêmico, coordenou o curso de Direito da UFSC e presidiu a comissão que criou o curso de pós-graduação na mesma universidade. Sua relação com o TRE começou em 9 de julho de 1957, quando ingressou nos quadros do Tribunal e só terminou quando aposentou-se no cargo de diretor-geral (que ocupou por 27 anos). Foi responsável pela modernização do TRE: os primeiros equipamentos de informática foram adquiridos em sua gestão, permitindo a apuração eletrônica pioneira em 1986. O primeiro

pleito informatizado, no distrito de Cocal, em 1991, também foi comandado por Collaço. Por sua experiência, foi designado para a Comissão Nacional de Informatização.

Saulo Vieira é florianopolitano, nascido em 16 de março de 1939. Coursou a Faculdade de Direito da UFSC e é pós-graduado em Direito do Estado pela mesma universidade. Foi vice e presidente da OAB-SC. Funcionário público estadual, foi funcionário da Assembléia Legislativa. Exerceu o cargo de secretário da Casa Civil entre 1987-1990, além de ter sido presidente da Telesc, membro conselho administrativo Besc, Codesc e Badesc. É fundador do PMDB em Santa Catarina e membro do diretório regional do partido.



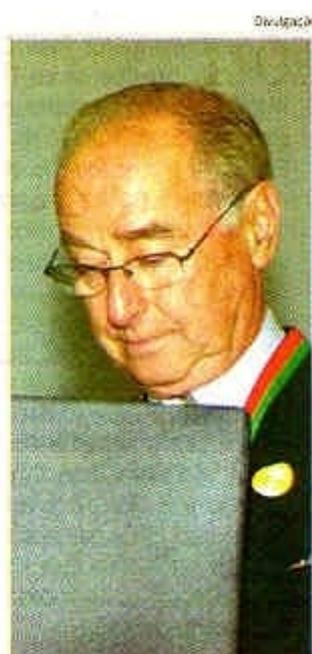
Medalha e Certificado do Mérito Eleitoral são entregues a colaboradores do TRE
(2)

A Notícia - 24/06/2005

t4 - Suplemento - 60 anos justiça eleitoral



Marcilio Medeiros Filho
recebeu homenagem a seu pai



Márcio Collaço: 27 anos como
diretor-geral do TRE-SC



FECAM

A Notícia - 24/06/2005

t4 - Suplemento - 60 anos justiça eleitoral



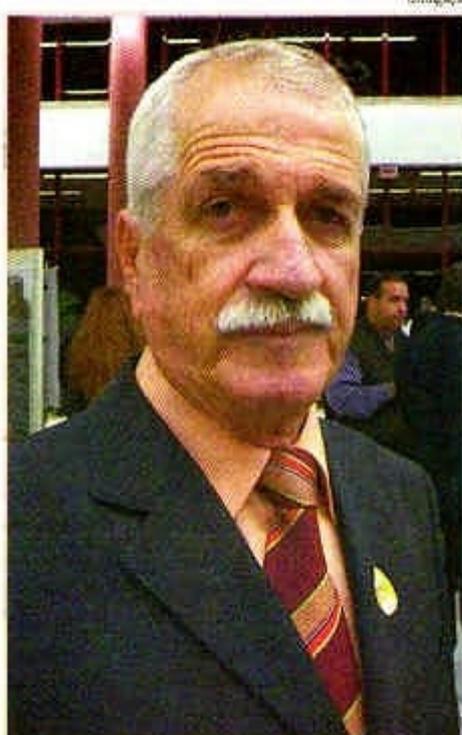
A Federação Catarinense de Municípios cumprimenta os dirigentes, assim como os servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, pela passagem dos 60 anos de implantação desse importante órgão do Judiciário. A existência do TRE, nestas seis décadas, é motivo de orgulho para a sociedade catarinense pela atuação pioneira na transparência, agilidade e inovação no processo eleitoral, disciplinando, fiscalizando e proclamando os resultados, que asseguram a vocação democrática dos catarinenses e brasileiros.



Medalha e Certificado do Mérito Eleitoral são entregues a colaboradores do TRE
(3)

A Notícia - 24/06/2005

t5 - Suplemento - 60 anos justiça eleitoral



Hugo Santana Fernandes: desde o início da década de 1960



Claire Jerry Franke Wolf: há 34 anos atuando em cartório



Medalha e Certificado do Mérito Eleitoral são entregues a colaboradores do TRE (4)

A Notícia - 24/06/2005

t5 - Suplemento - 60 anos justiça eleitoral

Servidores homenageados pelos mais de 30 anos

Houve um tempo em que organizar e viabilizar uma eleição era um ato que reunia grupos de heróicos funcionários públicos a serviço da democracia. Tudo era feito manualmente, sem qualquer recurso tecnológico — exceto as máquinas de escrever e somar —, como lembra o servidor aposentado Hugo Santana Fernandes, natural de Lages, que trabalhou 30 anos no TRE, entre 1962 e 1991. "Quando comecei, as urnas vinham todas para Florianópolis. Os votos de cada município eram apurados na Capital, num processo que levava muitos dias. Quando saí, já estávamos ingressando na era eletrônica e, hoje, a informatização é total. É uma diferença impressionante, muito difícil

de explicar para quem não conheceu o sistema manual", diz Hugo, homenageado pelo TRE com o Certificado de Honra ao Mérito Eleitoral.

O ex-servidor confessa uma sensação indescritível em receber a homenagem do TRE, que é uma "forma de reconhecimento por tudo o que fizemos ao longo de 30 anos". Mas ele continua fazendo: depois da aposentadoria, segue atuando como cidadão convocado para trabalhar nas eleições. "É uma forma de prosseguir contribuindo com a Justiça Eleitoral e com a própria democracia", finaliza, com orgulho.

Outra homenagem prestada pelo TRE na comemoração de seus 60 anos foi à funcionária Claire Jerry Franke Wolf,

mais antiga chefe de Cartório em atividade — 34 anos de serviço público —, atuando na 25a. Zona Eleitoral, em Porto União. Claire também recebeu o Certificado de Honra ao Mérito Eleitoral, fato que emocionou a servidora, apaixonada pelo trabalho que realiza há tantos anos. "Em 34 anos, em momento algum pude dizer que alguma vez não me senti bem no cartório. Sempre foi a razão da minha vida profissional. Adoro o que faço e sei o quanto melhoramos o trabalho nas últimas décadas. Acompanhei tudo isso. Quero dizer também que essa homenagem que o TRE me prestou significa uma forma de reconhecimento aos funcionários das 102 zonas eleitorais de Santa Catarina", conclui.



Um discurso de louvor à liberdade (1)

A Notícia - 24/06/2005

t6 - Suplemento - 60 anos justiça eleitoral

Citando Maiakovski, Carlos Drummond de Andrade e Thiago de Mello, o advogado Saulo Vieira discursou em nome dos homenageados pelo Tribunal Regional Eleitoral com a Medalha e o Certificado de Honra ao Mérito Eleitoral, destacando o papel da Justiça Eleitoral na consolidação do processo democrático.

Veterano nas lides com a Justiça Eleitoral em Santa Catarina, representando principalmente o partido político ao qual presta serviços desde a sua fundação (o PMDB), Vieira rendeu homenagens a Marçilio Medeiros e Márcio Collaço, seus mestres e inspiradores nos primeiros passos da carreira, com os quais conviveu durante muitos anos de atividades profissionais.

Ao homenagear os funcionários, através dos dois servidores que receberam certificados, assim se pronunciou Vieira: "Em tempos desinformatizados, quando o papel era a partitura e o lápis o instrumento, a tempera e o denodo do funcionalismo da Corte eleitoral é que permitiu que a melodia das liberdades democráticas pudesse ser ouvida de Norte a Sul, de Leste a Oeste, de nos-

so Estado. Desse reduzidíssimo quadro funcional que superava dificuldades, carências de recursos para realização de seu trabalho, os agraciados são dignos representantes. Se as demandas na Justiça comum são travadas sob grande tensão emocional, as pugnas na Justiça Eleitoral se desenvolvem em verdadeiro estado de sideração emotiva".

Fé, esperança e caridade são referências espirituais que guiaram a vida de Saulo Vieira, como forma de superar seus desafios profissionais e pessoais. "Hoje, tal como ontem, mantenho inabalável fé no poder do Direito. Por igual, recia-se em mim, a cada dia, a esperança de ver a humanidade mais feliz", prosseguiu em seu discurso.

Em outro trecho, destacou: "Caridade, sob a ótica da prestação da Justiça, deixa de ser somente proteção aos necessitados, pois não pode ser entendida como pretexto para que o excluído sacrifica e destrua o direito alheio honestamente ganho. Caridade é evitar o injusto, esteja onde estiver. É, enfim, restabelecer a ordem e o equilíbrio. O que vale concluir que a verdadeira caridade só se faz com Justiça".

Advogado militante durante momentos conturbados da História nacional, Saulo Vieira confessou no discurso que aprendeu a ser tenaz, a buscar brechas nos limites estreitos da legalidade existente. "Pois enquanto existia uma fresta, uma brecha, uma clareira, fazia daquela chama bruxuleante uma manhã estival, o albor de um sol de liberdade. Vivendo no dia-a-dia os versos de Thiago de Mello, 'faz escuro, mas eu canto, porque o amanhã vai chegar'", afirmou, dizendo, na seqüência que jamais desertou de qualquer lide, mesmo quando as regras eram movidas pela excepcionalidade.

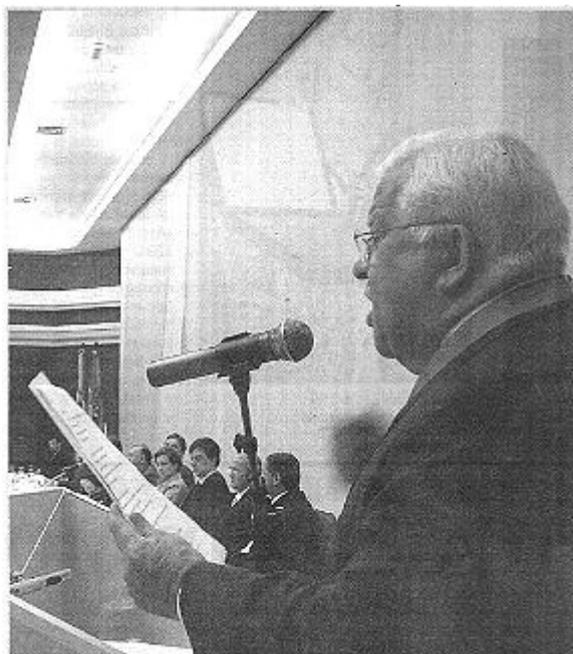
"À minha profissão — e é nessa condição que estou sendo homenageado — devo todas as vitórias alcançadas na luta pela vida e pelo ideal democrático. Por isso, por ser um reconhecimento ao meu trabalho profissional, é que, com especial carinho e glória íntima, recebo a honraria da homenagem que, sinto ser acorde entre todos os presentes. Olhando para a vida e para vocês, meus caros amigos, volto aos versos do moço de Itabira, Drummond de Andrade. Pouco importa que venha a velhice. Que é a velhice? Ela não pesa mais que a mão de uma criança. Chegou um tempo em que não adianta morrer. Chegou um tempo em que a vida é uma ordem, a vida apenas, sem mistificação."



Um discurso de louvor à liberdade (2)

A Notícia - 24/06/2005

t6 - Suplemento - 60 anos justiça eleitoral



O advogado, em seu discurso durante a solenidade do TRE: uma vida dedicada às causas democráticas de Santa Catarina e do Brasil



Um discurso de louvor à liberdade (3)

A Notícia - 24/06/2005

t6 - Suplemento - 60 anos justiça eleitoral

Uma dedicação de 27 anos à direção geral

O advogado Márcio Collaço dedicou grande parte de sua vida profissional à direção geral do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Foi homenageado pela Corte, no último dia 17, com a Medalha do Mérito Eleitoral, entregue por seu filho, o juiz Márcio Collaço, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

Para ele, a homenagem tem um significado muito especial, porque contempla aqueles funcionários do TRE

que, ao longo dos anos, contribuíram para a informatização do processo eleitoral. "O Tribunal Superior Eleitoral aceitou o esforço dos catarinenses, que organizaram e trabalharam para que fosse possível modernizar a realização e apuração dos pleitos", diz.

Márcio Collaço destaca os 27 anos de dedicação à direção geral do TRE como um período marcante de sua vida, "muito grato, porque estive este tempo todo no

tribunal e só tive motivos para crer na Justiça. Jamais vi alguma coisa que desmerecesse a minha fé na magistratura catarinense. Tenho muito orgulho de ter participado de um órgão muito honrado e competente, como o nosso TRE", observa. "Os dois fatores, o pioneirismo da informatização e a probidade a toda prova dos magistrados, com certeza se destacam fortemente na história dos 60 anos do tribunal", finaliza.



Um discurso de louvor à liberdade (4)

A Notícia - 24/06/2005

t6 - Suplemento - 60 anos justiça eleitoral

Saretta destaca o papel de vanguarda

Para o presidente da Federação Catarinense das Associações de Municípios (Fecam), prefeito Neodi Saretta, de Concórdia, os 60 anos do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) representam uma vitória do processo democrático, pelo papel fundamental que o órgão do Judiciário desempenha, seja na regulamentação, na organização, realização, apuração e proclamação dos resultados das eleições.

"O TRE é uma instituição respeitável, de importância inquestionável para que a democracia seja preservada", diz o presidente da Fecam, acrescentando que a existência da Justiça Eleitoral é, em si, uma garantia para que os pleitos sejam bem-

sucedidos. "O TRE, seja em sua Corte, seja nas Comarcas, com seus juizes eleitorais, assegura a lisura das eleições, dando tranquilidade para os partidos e seus candidatos", observa.

Segundo Saretta, "quando se pensa em eleição, sob a ótica legal, imediatamente se tem como resposta o fato de que a Justiça Eleitoral é séria e age conforme os instrumentos legais que o regime democrático proporciona. Portanto, cabe aos partidos e candidatos cumprir a sua parte, que é buscar os eleitores".

Saretta destaca ainda a importância do TRE-SC na inovação tecnológica das eleições, fato que, conforme o prefeito, "sempre colocou o tribunal catarinense na vanguarda nacional, sendo pioneiro na informatização dos pleitos e dando exemplos para o Brasil e para o mundo", finaliza.



Collaço diz que justiça eleitoral é referencial (1)

A Notícia - 24/06/2005

t7 - Suplemento - 60 anos justiça eleitoral

AMC destaca qualificação de servidores e juízes

A Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) congratula-se, através de seu presidente, Ricardo José Roesler, pelos 60 anos de atividades do Tribunal Regional Eleitoral, enaltecendo o papel dos juízes e do corpo técnico do TRE, responsáveis pelo funcionamento, pela dinâmica e pela eficiência da Justiça Eleitoral catarinense. "É preciso destacar o empenho de todos que, ao longo dessas seis décadas, transformaram o TRE catarinense num exemplo para o mundo", diz Roesler.

Segundo o presidente, a alta capacitação do corpo técnico, constantemente treinado, é fundamental para que as atividades do TRE tenham alcançado repercussão tão extraordinária. "Os juízes estaduais, que exercem essa função federal, também devem ser enaltecidos, em função da

qualificação e dos instrumentos legais disponíveis, que contribuem para a celeridade das decisões", acrescenta.

Roesler acredita que o modelo da Justiça Eleitoral deve inspirar também outras instâncias do Judiciário, exatamente porque "o legislador oferece a matéria indispensável para que os trabalhos sejam rápidos, seguros e confiáveis", afirma. O presidente da AMC, que já foi juiz eleitoral, chama a atenção para um aspecto interessante, que é a diferenciação dos procedimentos. "Na eleição, você lida com a paixão. É muito difícil administrar, por exemplo, um pleito municipal, onde sempre afloram discussões carregadas pela emoção. Uma eleição desse gênero pode ser até um risco para a carreira do magistrado, que precisa agir com equilíbrio e criatividade na busca das

soluções. Com o apoio dos funcionários, essa tarefa pode ser superada com muito mais tranquilidade, porque existem instrumentos modernos e eficazes. A própria informatização facilitou muito esse trabalho", observa.

Para o presidente da AMC, o controle externo que se propõe sobre o Judiciário é um exagero e se mostra desnecessário. "Mas o caso de se oferecer uma diretriz, no sentido de que o magistrado tenha mais autonomia para julgar, afastando-se das atividades administrativas e financeiras do fórum, é uma idéia interessante", diz.

Quinhentos e cinquenta e cinco juízes são associados à AMC, incluindo ativos, inativos e pensionistas. Deste total, 356 estão na ativa, sendo que 102 exercem funções de juízes eleitorais (um em cada Zona eleitoral).



Collaço diz que justiça eleitoral é referencial (2)

A Notícia - 24/06/2005

t7 - Suplemento - 60 anos justiça eleitoral



Ricardo Roesler é presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses



Collaço diz que justiça eleitoral é referencial (3)

A Notícia - 24/06/2005

t7 - Suplemento - 60 anos justiça eleitoral

O catarinense Rodrigo Collaço participou das comemorações dos 60 anos de instalação do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-SC) na condição de presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, prestigiando a homenagem que foi realizada a seu pai, Márcio Collaço, que por 27 anos exerceu o cargo de diretor-geral do órgão.

Para Rodrigo, a Justiça Eleitoral é motivo de orgulho e referência, "porque aponta um caminho que a Justiça brasileira deve seguir, com extraordinário dinamismo e transparência em suas atividades".

Segundo o presidente da AMB, a informatização

plena e uma relação de comunicação intensa com a sociedade são fatores que contribuem para que a Justiça Eleitoral seja um parâmetro.

"É um formato de Judiciário que deve ser perseguido por todos os segmentos da Justiça brasileira", enfatiza, lembrando que o TRE catarinense é muito bem conceituado em todo o país, porque praticou várias inovações e transformações fundamentais para o processo eleitoral.

"O TRE e a própria Justiça Eleitoral merecem aplausos pela garantia do processo democrático, transparente, que tem marcado as eleições do país",

afirma.

Para Rodrigo Collaço, a Justiça Eleitoral também é uma demonstração bem clara de que "não precisamos de qualquer gênero de controle externo para termos uma justiça eficiente, prestigiada pela população".

Ainda conforme o presidente da Associação, "o momento político brasileiro, que é muito grave, não alcança o Poder Judiciário, que está íntegro, preservado, e em condições, de com a distância necessária, apurar e punir os eventuais responsáveis por esses desmandos que estão sendo investigados, quando esse assunto chegar à esfera judicial", finaliza.



Assembléia homenageia 60 anos do TRE (23/06)

Diário da Manhã/Chapecó - 24/06/2005

3 - Política

Durante sessão solene ocorrida na noite desta terça-feira (21), a Alesc homenageou os 60 anos de instalação da Justiça Eleitoral catarinense, através de proposição da Mesa da Assembléia. Entre autoridades e convidados estiveram presentes o presidente do TRE/SC (Tribunal Regional Eleitoral), desembargador José Gaspar Rubik.

O vice-presidente da Alesc, Herneus de Nadal (PMDB), que coordenou os trabalhos, falou do pioneirismo do TRE de Santa Catarina na implantação da votação eletrônica brasileira, que aconteceu na cidade de Brusque, em 15 de novembro, no segundo turno das eleições presidenciais de 1989. "A partir de então a inovação catarinense foi adotada com sucesso por diversos estados e hoje é uma realidade em todo o país", assegurou o deputado.

Seis décadas após sua instalação, o TRE é composto por 102 Zonas Eleitorais nos 293 municípios, com 4.082 locais de votação e mais de 13 mil seções eleitorais, onde votam cerca de 4 milhões de eleitores no estado de Santa Catarina.

Para homenagear o trabalho desenvolvido pela Justiça Eleitoral, a Alesc entregou uma placa comemorativa ao ex-presidente do TRE/SC, desembargador Carlos Prudêncio, idealizador do voto eletrônico no país e, quando foi juiz eleitoral em Joaçaba, fez as primeiras experiências de informatização de procedimentos eleitorais. "Sinto grande orgulho de ser o "pai" do voto eletrônico, uma experiência que deu certo e que garante a vontade popular manifestada através do voto", declarou Prudêncio.

Também em nome da Assembléia, o presidente do TRE, José Rubik, recebeu dos parlamentares uma placa comemorativa. Rubik, após agradecer a homenagem, fez uma explanação da trajetória histórica da Justiça Eleitoral catarinense. "Precisamos pensar no cidadão e no político do futuro, com políticos mais sérios e mais comprometidos com as causas públicas, valorizando cada vez mais o voto do cidadão", afirmou.

No encerramento da solenidade, Herneus elogiou o trabalho que a Justiça Eleitoral desenvolve no Estado, preservando a vontade do cidadão. "O direito eleitoral desempenha papel decisivo na República. Sua missão básica é mostrar a vontade das urnas. Do seu desempenho depende o futuro da população", afirmou o parlamentar.



Homenagem ao TRE (23/06)
Jornal Sul Brasil/Chapecó - 24/06/2005
3 - Geral

Homenagem ao TRE

O Deputado Herneus de Nadal teve o privilégio de presidir a seção da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, onde foi prestada uma justa homenagem aos membros do TRE catarinense. Antes da entrega das placas aos homenageados, foram relatados os feitos do TRE, destacando especialmente a introdução da urna eletrônica nas eleições. Produto catarinense que hoje é usado em todo Brasil e até sendo exportado para o mundo. Os agraciados com a homenagem, foram : o Desembargador Carlos Prudêncio e O desembargador José Gaspar Rubik, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.